

CNU

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO - PIAUÍ

**AGRESPI - ANALISTA DE
REGULAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO**



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL Nº 02/2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Concurso Unificado PI

SASC-PI - Agente Socioeducativo

LINGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação textual. Leitura, compreensão e interpretação de textos	1
Estruturação do texto e dos parágrafos	7
Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos e operadores sequenciais.....	12
Significação contextual de palavras e expressões.....	16
Equivalência e transformação de estruturas	20
Linguagem verbal e não verbal: ícone, índice e símbolo	22
Modalizadores discursivos	24
Sintaxe e construção frasal. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Sintaxe do período simples e composto.....	26
Pontuação	32
Concordância nominal e verbal	37
Regência nominal e verbal	43
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação; Funções das classes de palavras	49
Morfologia e estrutura das palavras. Estrutura e formação de palavras	63
Flexão nominal e verbal; Emprego de tempos e modos verbais.....	70
Norma-padrão da língua portuguesa.....	74
Ortografia oficial	75
Acentuação gráfica.....	82
QUESTÕES.....	85
Gabarito.....	100

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Hardware e componentes computacionais. Hardware: dispositivos de armazenamento, memórias e periféricos	1
Sistemas operacionais	7
Sistemas Operacionais Windows/Linux: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos. Área de trabalho e área de transferência. Manipulação de arquivos e pastas. Uso dos menus, programas, aplicativos e interação com o conjunto de aplicativos. Extensões e arquivos	9

SUMÁRIO

SUMÁRIO



MSSOffice M365 (Word, Excel, PowerPoint, OneDrive e Sharepoint). Editor de textos. Estrutura básica dos documentos. Edição e formatação de textos. Cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos. Tabelas e impressão. Controle de quebras e numeração de páginas. Legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos e caixas de texto. Planilhas eletrônicas. Estrutura básica das planilhas. Conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos. Elaboração de tabelas e gráficos. Uso de fórmulas, funções e macros. Impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas. Obtenção e classificação de dados externos.....	26
Correio eletrônico. Uso de correio eletrônico. Preparo e envio de mensagens. Anexação de arquivos.....	40
Ferramentas de comunicação e reuniões on-line. Microsoft Teams. Google Meet. Zoom	46
Internet e navegação. Internet, intranet e extranet. Protocolos e serviços. Sítios de busca e pesquisa na internet. Conceitos de URL, links e sites. Navegadores: Mozilla Firefox e Google Chrome. Navegação, busca e impressão de páginas na internet	54
Computação em nuvem	60
Redes sociais	62
Tecnologia da informação e segurança da informação.Tecnologia da informação e segurança de dados. Princípios de segurança, confidencialidade e assinatura digital. Procedimentos de segurança. Ferramentas de segurança (antivírus e firewalls). Malwares e ataques	64
Backup.....	70
Tecnologias emergentes no setor público. Conceitos básicos de inteligência artificial. Técnicas de prompts	72
QUESTÕES.....	74
GABARITO	83

CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ

História, geografia, cultura, ética, política e economia do Estado do Piauí	1
Questões	7
GABARITO	12

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fundamentos da socioeducação; Execução das medidas socioeducativas; Atendimento socioeducativo.....	1
Plano Individual de Atendimento	5
Rotinas das unidades socioeducativas	9
Segurança institucional	14

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Procedimentos operacionais; Observação, acompanhamento e registro de ocorrências; Elaboração de registros funcionais.....	20
Disciplina e convivência institucional.....	25
Gerenciamento e mediação de conflitos	29
Comunicação não violenta	34
Justiça restaurativa.....	35
Ética no serviço público.....	39
Atendimento humanizado.....	40
Relações interpessoais; Trabalho em equipe multiprofissional.....	45
Desenvolvimento humano	50
Desenvolvimento da criança e do adolescente	55
Saúde mental	58
Dependência química.....	62
Primeiros socorros.....	67
Gerenciamento de crises.....	96
Prevenção da violência institucional.....	100
Diversidade, equidade e inclusão.....	104
Direitos da população LGBTQIA+	108
Relações étnico-raciais	113
Reintegração familiar e comunitária.....	117
Reinserção social	122
Noções de segurança preventiva	126
Noções de gerenciamento de riscos	130
Noções de defesa pessoal institucional	135
Técnicas de abordagem, contenção e uso diferenciado da força, observados os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade e razoabilidade	139
Legislação Socioeducativa e Direitos Humanos: Constituição Federal: princípios fundamentais	143
Direitos e garantias fundamentais.....	145
Administração pública	162
Proteção integral à criança, ao adolescente e ao jovem.....	173
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); Promoção dos direitos da criança e do adolescente.....	175
Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	243
Medidas socioeducativas	249
Direitos Humanos aplicados ao atendimento socioeducativo	250
Doutrina da Proteção Integral.....	255
Regras de Beijing	257
Regras de Havana.....	258
Diretrizes de Riad.....	258

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Convenção sobre os Direitos da Criança	259
Convenção Americana sobre Direitos Humanos	272
Lei Federal nº 9.455/1997	293
Lei Federal nº 13.869/2019	294
Lei Federal nº 13.146/2015	301
Políticas Públicas: Política Nacional de Assistência Social (PNAS)	333
Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	333
Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS)	339
Lei Federal nº 8.080/1990 (Sistema Único de Saúde — SUS)	357
Portaria GM/MS nº 1.082, de 23 de maio de 2014 e Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017 (no Anexo XVII) (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei — PNAISARI)	377
Lei Federal nº 12.594/2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo — SINASE)	385
Políticas públicas de educação, profissionalização, cultura, esporte, lazer e inclusão social; intersectorialidade das políticas públicas	406
Questões	411
Gabarito	417

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Legislação aplicada ao serviço público: Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI)	1
Ética no serviço público	36
Ética e função pública	37
Ética e moral: definição e distinção; Valores, virtude, honestidade, integridade, decoro e zelo no serviço público: conceitos	38
Ética, democracia, cidadania e o papel do servidor público	43
Princípios da Administração Pública aplicados à ética: Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; Aplicação dos princípios éticos na Administração Pública	45
Legislação Interna: Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí); Lei Complementar nº 28/2003 (Lei Orgânica da Administração Pública do Estado do Piauí); Constituição do Estado do Piauí, de 05 de outubro de 1989	51
Questões	52
GABARITO	58

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

O PROCESSO DE LEITURA

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

► A Importância da Leitura Crítica

Além da compreensão literal, a leitura crítica envolve questionar o texto, identificar possíveis vieses, entender o ponto de vista do autor e considerar as implicações das informações apresentadas. Um leitor crítico não apenas entende o texto, mas também reflete sobre ele, formando opiniões fundamentadas.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades essenciais que envolvem a identificação precisa de palavras, expressões, frases e parágrafos. Esses elementos, quando bem compreendidos, permitem ao leitor não apenas captar o significado do texto, mas também interagir com ele de forma reflexiva e crítica. Desenvolver essas competências exige prática constante e um olhar atento para as nuances da linguagem, tornando o ato de ler uma experiência enriquecedora e transformadora.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.



HARDWARE E SOFTWARE

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo “informação” é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

► Diferença entre hardware e software

Componentes físicos e componentes lógicos

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado



FORMAÇÃO HISTÓRICA DO PIAUÍ E CONSTRUÇÃO TERRITORIAL¹

► Origem territorial e sentido histórico do nome Piauí

A formação de uma identidade ligada aos rios, ao sertão e aos povos originários

O Piauí possui uma formação histórica marcada pela relação entre território, rios, deslocamentos humanos e ocupação do interior nordestino. O próprio nome do estado remete à presença indígena e à importância das águas na organização simbólica e material da região. A interpretação mais conhecida associa o topônimo Piauí à ideia de “rio das piabas”, indicando a força dos elementos naturais na nomeação do espaço. Também há interpretações que relacionam o nome à presença de pajés e povos indígenas, reforçando que, antes da colonização europeia, o território já era habitado, conhecido e culturalmente organizado por diferentes grupos nativos.

Essa dimensão anterior à colonização é fundamental para compreender o Piauí não como um espaço vazio posteriormente “descoberto”, mas como uma região de longa ocupação humana. A Serra da Capivara, no sudeste do estado, tornou-se um dos símbolos mais expressivos dessa antiguidade. Suas pinturas rupestres, seus vestígios arqueológicos e sua relevância científica indicam que o território piauiense ocupa lugar central nas discussões sobre os primeiros povoamentos das Américas. Mesmo quando há debates acadêmicos sobre a datação de alguns achados, a importância cultural e histórica da região permanece incontestável, pois ela revela formas antigas de presença humana, expressão simbólica, adaptação ambiental e organização social.

► Colonização, pecuária e ocupação do interior

Um processo diferente de outras áreas do Nordeste

A colonização do Piauí apresentou uma característica particular: ocorreu predominantemente do interior para o litoral. Enquanto grande parte do Nordeste colonial foi estruturada inicialmente pela ocupação litorânea, pela economia açucareira e pelos portos, o Piauí foi ocupado sobretudo a partir da expansão da pecuária. Vaqueiros vindos do Vale do São Francisco penetraram no território em busca de pastagens, estabelecendo fazendas de gado ao longo de rios e áreas propícias à criação animal.

Esse movimento deu ao Piauí uma feição sertaneja muito forte. A pecuária organizou o espaço, estimulou a criação de caminhos internos, favoreceu o surgimento de núcleos populacionais e estruturou relações sociais baseadas na grande propriedade rural, no trabalho nas fazendas, na mobilidade dos vaqueiros e na ocupação de áreas distantes dos principais centros coloniais. O gado não foi apenas uma atividade econômica; ele moldou a sociedade, a cultura e a própria forma de povoamento do território.

A presença de sesmarias e grandes fazendas também revela os conflitos envolvidos nesse processo. A expansão colonial avançou sobre áreas ocupadas por povos indígenas, gerando confrontos, deslocamentos e perdas culturais. Além disso, africanos escravizados foram trazidos para trabalhar em atividades ligadas à pecuária e à agricultura, compondo uma sociedade marcada por desigualdades profundas, mas também por intensa mistura cultural.

► Capitania, vilas e consolidação política

Da Vila da Mocha a Oeiras

Com o crescimento da ocupação, o território piauiense passou por reorganizações administrativas. Após ter estado vinculado a outras jurisdições coloniais, foi criada a Capitania do Piauí no século XVIII. A Vila da Mocha, primeiro núcleo de maior importância política, foi elevada à condição de cidade com o nome de Oeiras,

¹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Piau%C3%AD>



FUNDAMENTOS DA SOCIOEDUCAÇÃO

► Sentido jurídico, pedagógico e social da socioeducação

A socioeducação constitui um campo de intervenção pública voltado à responsabilização de adolescentes pela prática de ato infracional, com preservação de sua condição peculiar de desenvolvimento e garantia de direitos. Sua finalidade não se reduz à resposta estatal diante de uma conduta ilícita, pois envolve a construção de condições institucionais, familiares, comunitárias e subjetivas para que o adolescente compreenda os efeitos de seus atos, reorganize vínculos sociais e acesse oportunidades concretas de desenvolvimento. A dimensão socioeducativa exige equilíbrio entre responsabilização e proteção integral, sem transformar o atendimento em punição desprovida de finalidade formativa.

O fundamento central da socioeducação está na compreensão de que adolescentes não podem ser tratados como adultos em miniatura nem como sujeitos sem responsabilidade. A intervenção deve reconhecer a autoria do ato infracional, os danos produzidos, os direitos das pessoas envolvidas e a necessidade de resposta organizada pelo poder público. Ao mesmo tempo, deve considerar que a adolescência é marcada por processos de formação da identidade, experimentação de papéis sociais, busca de pertencimento e maior exposição a influências familiares, territoriais, econômicas e culturais.

Responsabilização sem ruptura com a proteção

A responsabilização socioeducativa não equivale à vingança institucional nem à neutralização social do adolescente. Ela se organiza como um processo de reconhecimento do ato praticado, de compreensão de seus impactos e de construção de trajetórias menos vulneráveis à repetição de condutas lesivas. A proteção integral, nesse contexto, não elimina a responsabilização; ela define os limites éticos e técnicos dessa responsabilização. A medida deve produzir responsabilização possível, proporcional, individualizada e orientada ao desenvolvimento.

A socioeducação também se apoia na ideia de que o ato infracional não pode ser interpretado isoladamente. A conduta individual existe, mas sua análise exige atenção às condições de vida, ao acesso a políticas públicas, ao histórico de vínculos, à escolarização, à convivência familiar, à saúde mental, às experiências de violência e às dinâmicas do território. Esse olhar não serve para justificar a infração, mas para orientar respostas institucionais capazes de enfrentar fatores que aumentam a vulnerabilidade social e relacional.

Alguns eixos estruturam a identidade da socioeducação como prática pública qualificada:

- Responsabilização: reconhecimento do ato praticado, de suas consequências e da necessidade de resposta proporcional.
- Proteção integral: garantia de direitos fundamentais durante todo o processo de atendimento.
- Individualização: adequação da intervenção à história, às necessidades e às possibilidades concretas do adolescente.
- Convivência comunitária: preservação e reconstrução de vínculos familiares, territoriais e institucionais sempre que compatíveis com a proteção.
- Finalidade educativa: organização de experiências capazes de favorecer autonomia, pertencimento social e participação responsável.

► Natureza interdisciplinar da intervenção socioeducativa

A socioeducação depende de articulação entre saberes jurídicos, pedagógicos, psicológicos, sociais, administrativos e comunitários. Nenhuma dessas áreas, isoladamente, esgota a complexidade do atendimento. O campo jurídico delimita garantias, procedimentos, direitos e deveres. A pedagogia organiza experiências



LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

I - o respeito à privacidade;

II - a autodeterminação informativa;

III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;

IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;

V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;

VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

§1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

§2º Excetua-se do disposto no inciso I deste artigo o tratamento de dados previsto no inciso IV do caput do art. 4º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;

II - realizado para fins exclusivamente:

a) jornalístico e artísticos; ou

b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!